



REQUERIMENTO Nº , DE 2024

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

Solicita que seja convocado o Excelentíssimo Senhor Paulo Teixeira, ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, para prestar esclarecimentos acerca das denúncias de que o Governo Lula estaria favorecendo a expansão de terras para grupos militantes, enquanto milhares de famílias assentadas permanecem em condições de abandono.

Senhora **Presidente**,

Requeiro, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno, que seja convocado o Excelentíssimo Senhor Paulo Teixeira, ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, para prestar esclarecimentos acerca das denúncias de que o Governo Lula estaria favorecendo a expansão de terras para grupos militantes, enquanto milhares de famílias assentadas permanecem em condições de abandono.

JUSTIFICAÇÃO

Este requerimento tenciona o comparecimento do Senhor Paulo Teixeira, ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, para prestar esclarecimentos acerca das denúncias de que o Governo Lula estaria favorecendo a expansão de terras para



grupos militantes, enquanto milhares de famílias assentadas permanecem em condições de abandono.

Isto porque, conforme noticiado¹, o Relatório de Avaliação da CGU sobre o Incra expôs a alarmante situação da política de reforma agrária no Brasil. Dos 9.501 assentamentos criados desde 1975, apenas 6% foram consolidados, deixando mais de 907 mil famílias em situação de vulnerabilidade, sem acesso a serviços básicos.

Uma auditoria realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU) revelou um cenário de completo abandono e desorganização na política de reforma agrária. Dos 9.501 assentamentos criados, apenas 6% foram efetivamente consolidados, enquanto 8.910 assentamentos ainda estão pendentes, impactando diretamente mais de 907 mil famílias que vivem sem acesso adequado a água, energia, saneamento e infraestrutura.

De acordo com o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964), a reforma agrária visa a promover uma melhor distribuição de terras, com o objetivo de atender aos princípios de justiça social e aumento da produtividade. A consolidação de assentamentos refere-se ao processo de implementação de condições adequadas para que os projetos de assentamento possam garantir uma vida sustentável e autossuficiente às famílias assentadas.

A consolidação envolve ações como a implantação de obras de infraestrutura, demarcação dos lotes, supervisão das famílias, concessão de créditos de instalação, gestão ambiental e a titulação definitiva dos lotes.

O Incra não publicou nenhum ato de consolidação dos assentamentos nos últimos anos, refletindo um profundo descompasso entre a missão do órgão e a realidade enfrentada pelas famílias assentadas. A falta de infraestrutura, de titulação e

¹ <https://jovempan.com.br/noticias/brasil/auditoria-da-cgu-mostra-abandono-da-reforma-agraria-no-brasil.html>



de apoio à produção agrícola são apenas alguns dos reflexos de uma política pública estagnada.

Em entrevistas realizadas com 518 famílias assentadas em nove estados, a maioria relatou que vive há mais de 10 anos em assentamentos sem perspectiva de melhorias. Apenas 27% das famílias afirmaram que os rendimentos da produção agrícola são suficientes para sua subsistência. A falta de máquinas, insumos, assistência técnica e as condições precárias das estradas impedem o escoamento da produção, forçando muitas famílias a depender de programas sociais.

Outro problema grave é a lentidão no processo de titulação definitiva dos lotes, o que gera insegurança jurídica e incertezas quanto ao futuro dessas comunidades.

O relatório da CGU também revela que o orçamento empenhado para a consolidação dos assentamentos em 2024 é extremamente baixo em comparação com as necessidades das famílias. Dos R\$ 97.912.290,00 destinados para esse fim, apenas R\$ 34.269.825,89 foram efetivamente empenhados até agosto, o que resulta em um valor irrisório de R\$ 37,80 por família.

O Incra não possui estimativas claras dos custos necessários para consolidar os assentamentos, o que impossibilita uma alocação eficiente de recursos. A ausência de planejamento e a falta de prioridade do governo comprometem diretamente a reforma agrária.

A atual política de reforma agrária favorece a criação de novos assentamentos para atender aos interesses de grupos militantes, enquanto ignora os graves problemas enfrentados pelos assentamentos já existentes. A abordagem populista do governo, ao criar novos assentamentos sem resolver os problemas estruturais dos antigos, perpetua a precariedade e o abandono das famílias já assentadas.



O relatório da CGU expõe a necessidade urgente de uma reformulação profunda na política de reforma agrária, sob o risco de perpetuar o abandono de milhares de brasileiros que dependem desses assentamentos para sobreviver.

Nesse sentido, tendo em vista estas questões relevantes, apresentamos o presente requerimento com a finalidade de desanuviar as dúvidas relativas acerca das denúncias de que o Governo Lula estaria favorecendo a expansão de terras para grupos militantes, enquanto milhares de famílias assentadas permanecem em condições de abandono.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO

